



NOTAS INICIAIS SOBRE A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA EM SERGIPE (1942)

Naédja da Silva

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS)

E-mail: nahuzuki@outlook.com

Orientador: Dr. Dilton Cândido S. Maynard (PPGHC/UFRJ-UFS/DHI)

ST8 - Guerras, Extremismos, Terrorismo: questões para a atualidade

Para dar assistência às famílias dos soldados que foram convocados para a Segunda Guerra Mundial foi criada, em 28 de agosto de 1942, a Legião Brasileira de Assistência. Marcada pela participação feminina, a LBA funcionou no âmbito nacional, estadual e municipal. Em Sergipe sua atuação começa ainda em 31 de agosto de 1942, com a fundação da Comissão Estadual da LBA, sob a presidência da primeira-dama do Estado, Helena Nobre Maynard Gomes.

A proposta deste artigo é apresentar os momentos iniciais da LBA em Sergipe. Para tanto, utilizaremos como fonte o jornal *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (de setembro a outubro de 1942) e como bibliografia básica os livros: *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*, de Ivana Guilherme Simili, e *Getúlio Vargas, meu pai: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto*, de autoria da própria Alzira Vargas.

Simili (2008) faz um estudo sobre a trajetória de Darcy Vargas na esfera política, buscando mostrar as contribuições da personagem na formação de um modelo de atuação e participação das primeiras-damas brasileiras na política social. A autora analisa a trajetória da primeira-dama a partir de três momentos: a Legião da Caridade (1930), a Fundação Darcy Vargas (1938) e a Legião Brasileira de Assistência (1942-1945). Será principalmente nesse último momento que iremos focar no desenvolvimento deste artigo.



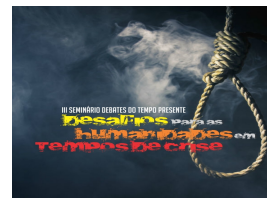
Já o livro *Getúlio Vargas, meu pai: Memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto*, em sua nova versão, apresenta escritos inéditos, incluindo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a criação da LBA. Considerada “o olho direito de Vargas” (LOCHERY, 2015, p. 39), Alzira Vargas foi presidente da Comissão Estadual da LBA do Rio de Janeiro e, no período de licença de Darcy Vargas, chegou a presidir a LBA nacional de 1943 a 1944.

Infelizmente, os estudos sobre a LBA não são muitos, em Sergipe menos ainda. Nos livros a Legião aparece, quando aparece, em papel secundário. E nos arquivos do Estado, os documentos sobre sua atuação são poucos, por isso recorreremos aos jornais. Daí a necessidade de realizar mais pesquisas sobre a atuação da LBA em Sergipe, considerando principalmente o contexto no qual ela emerge: Estado Novo (1937-1945), Segunda Guerra Mundial e a fragilização da população sergipana devido aos afundamentos dos navios em agosto de 1942.

2 - Sergipe e a Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial é conhecida como o maior conflito militar da história da humanidade, milhares de pessoas foram mortas, numa capacidade de destruição em massa nunca vista antes. Neste conflito as grandes potências mundiais se dividiram em dois grupos: os Aliados, bloco formado pela Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos; e o Eixo, composto pela Alemanha, Itália e Japão. Mas, ao longo da Segunda Guerra, direta e indiretamente, praticamente todos os países do mundo se envolveram.

Embora a entrada do Brasil na Guerra já estivesse nos planos de Getúlio Vargas (visando dar ao país maior projeção mundial no pós-guerra), o “estopim” para seu envolvimento foi a agressão ao território nacional sofrida entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, quando o submarino alemão U-507 afundou cinco navios no litoral entre Sergipe e Bahia, foram mais de 600 mortos (ASSIS, 2016), para além dos números, foram homens, mulheres e crianças – pais, mães, filhos, filhas, maridos e esposas – que tiveram suas vidas interrompidas de forma tão brusca.



Com a Segunda Guerra Mundial em curso, outros navios brasileiros já haviam sido afundados, mas era a primeira vez que isso ocorria em território nacional. Segundo Assis (2016, p.13), “esse ataque parte da guerra de tonelagem que tinha como propósito impedir o abastecimento dos países inimigos”. No entanto, chama a atenção que os navios Baependy, Araraquara e Anibal Benévolo foram atingidos por dois torpedos em um curto espaço de tempo, afundando os navios em questão de minutos, dificultando a possibilidade de salvamento de seus passageiros e tripulantes. Tal fato sugere que o objetivo dos alemães era causar o maior número de perdas possível, reduzindo o número de pessoas salvas.

Sobreviventes e cadáveres (e frações de cadáveres) foram “recebidos” pelos moradores de Aracaju, Estância e povoados Praia do Saco e Porto do Mato. Aracaju não tinha estrutura suficiente para lidar com a situação, isso é evidenciado nos registros fotográficos das autópsias nos quais é possível observar muitos cadáveres jogados ao chão (MAYNARD; ASSIS, 2013).

Em diversos lugares do país ocorreram manifestações populares de protesto. No Rio de Janeiro, por exemplo, a população marchou em direção ao palácio Guanabara para exigir que Vargas declarasse guerra contra o Eixo. Em Sergipe as reações não foram diferentes, cidades como Aracaju, Riachão, Anápolis, Nossa Senhora das Dores, Estância e Propriá registraram manifestações populares de revolta, em relação à agressão feita pelo submarino U-507, e solidariedade para com suas vítimas e a pátria.

Nesse contexto, a entrada do Brasil na Segunda Guerra, em 22 de agosto de 1942, mostrou-se bastante aclamada pela população sergipana: “No sábado, dia em que foi reconhecido o estado de beligerância, a multidão passeou o pavilhão nacional pelas ruas da cidade [Propriá], entre ruidosas aclamações” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 02/09/1942, p.5).

3 - Legião Brasileira de Assistência – LBA

Declarada a guerra, restava então tomar medidas para proteger e evitar uma nova agressão ao nosso território, bem como atuar mais ativamente junto aos Aliados contra o Eixo. Ciente dos danos que uma guerra poderia trazer aos soldados convocados

Faculdade Pio Décimo/Universidade Federal de Sergipe - 25 e 26 de abril de 2018



e, conseqüentemente, suas famílias, Darcy Sarmanho Vargas, chamou seus amigos influentes, todas as esposas dos ministros e a sua própria filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto (esposa do Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro), para juntos pensarem sobre uma forma de captar recursos para financiar seu projeto:

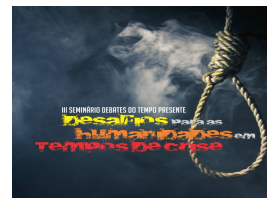
Queria uma organização de âmbito nacional que zelasse pelo bem-estar das famílias dos que convocados devessem partir. Para que pudessem bem combater era absolutamente necessário que fossem com o espírito tranqüilo, que soubessem que suas famílias não ficariam desamparadas (VARGAS, 2017, p. 371).

Desse encontro nasce a Legião Brasileira de Assistência, oficializada em 28 de agosto de 1942, patrocinada pela Federação das Associações Comerciais, com o objetivo principal de prestar assistência às famílias dos soldados que foram convocados para a guerra.

A LBA atuava nas esferas nacional, estadual e municipal. No nível nacional existia a Comissão Central da LBA, localizada no Rio de Janeiro, presidida por Darcy Vargas. A Comissão Central tinha a função de orientar, dirigir e coordenar as Comissões Estaduais. Estas, por sua vez, orientavam, dirigiam, coordenavam e expediam as normas que regiam os Centros Municipais (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 30/09/1942, p.5).

Aos Centros cabia a execução direta dos serviços da LBA. Sua diretoria possuía a mesma formação das Comissões Estaduais e Central: uma presidente, um secretário, um tesoureiro e quatro vogais. O tesoureiro e o secretário eram escolhidos pela presidente entre os membros da diretoria da Associação Comercial e da Diretoria do órgão representante da indústria local.

Os Centros Municipais eram responsáveis pela matrícula das famílias dos soldados e pela inscrição do voluntariado, principalmente o feminino. Essas famílias deviam “receber assistências moral, sanitária, educacional e econômica, na forma de programa da Legião” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 30/09/1942, p. 6). As voluntárias foram direcionadas a prestar assistência a essas famílias, como visitadoras e educadoras sociais.



As Comissões Estaduais e Centros Municipais estavam sob a presidência das esposas dos Interventores Federais e dos Chefes Municipais, respectivamente. Simili (2008, p. 131) observa que Darcy Vargas junto a LBA inaugura “um modelo de atuação para o primeiro-damismo brasileiro, nas cercanias do poder presidencial, como a mulher responsável pela conduta das políticas públicas”. Observe que, mesmo no tempo presente, ainda é bastante comum o envolvimento das esposas dos nossos governantes nas políticas assistenciais.

Sob a imagem de Darcy Vargas foi construído uma personagem com o intuito de mostrar que todos estavam cooperando com a nação no esforço de guerra e assim mobilizar o maior número de mulheres para o trabalho voluntário. Além disso, a personagem também serviu para promover a imagem do seu marido. Por sinal, assim foi feito com todas as mulheres envolvidas na LBA, de líderes a voluntárias. E isso se fez, principalmente, através da propaganda maciça produzida e divulgada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, “filtrando” as críticas e enfatizando o aspecto nacionalista e altruísta das ações da LBA e sua presidente.

A liderança feminina e o forte apelo da LBA ao trabalho voluntário da mulher não foram por acaso, conforme as concepções estadonovistas a mulher apresentava “naturalmente” características próprias para “lidar com pobre”:

Os sentimentos de obediência, altruísmo, caridade, bondade, abnegação, pureza, docilidade e amor, que eram concebidos pelos homens como inerentes ao feminino e atrelados ao lar e à família; as mulheres deviam alocar para a nação, usando-os para ajudar a Pátria-família em que a nação é transformada (SIMILI, 2008, p. 145).

A criação da LBA propunha uma ideia de “cooperação entre os sexos”, mas cada um dentro do seu papel social: os homens para tratar da guerra, as mulheres para cuidar do povo – trazendo para esfera pública suas qualidades de esposa e mãe, seriam as “protetoras da nação”. Diferente de outros países em que as mulheres foram chamadas a ocupar os lugares vagos pelos homens que foram à guerra, no Brasil, observa-se que o Estado tomou cuidado para manter a mulher “no seu lugar”. Mesmo



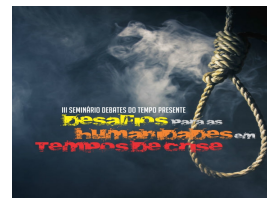
quando trabalhavam, eram direcionadas preferencialmente a atividades dentro de suas habilidades “naturais”.

Em Setembro de 1942 é criado o Curso de Defesa Passiva Antiaérea, a mulher começa a ter contato com conhecimentos militares, sendo inserida nos quadros de defesa passiva. Feito a partir do modelo inglês, o corpo de voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea era uma organização paramilitar dirigida por Orozimbo Martins Pereira, coronel do Exército e diretor do Serviço de Defesa Passiva. Segundo esse coronel, as voluntárias deveriam se dedicar no “preparo das populações civis, além da guarda dos bens materiais, culturais e artísticos do país” (SIMILI, 2008, p. 14).

Também foram criados cursos para a formação de “visitadoras e auxiliares sociais”, “voluntárias da alimentação”, “samaritanas socorristas” e “Educação Popular” (SIMILI, 2008). Esses cursos foram direcionados às mulheres jovens e estudantes que, por terem mais tempo para se dedicar aos estudos, seriam ideais para ingressar no corpo de voluntárias da LBA. Não é difícil perceber que esses cursos foram idealizados na perspectiva de aperfeiçoar os predicados “naturais” da mulher fazendo com que ela estendesse à nação a sua condição de cuidadora “devotada” da casa e da família.

No entanto, Simili (2008) observa um aspecto importante: através desses cursos, as mulheres tiveram contato com novas situações e conhecimento que provocaram sua participação no espaço público, dando condições para a perspectiva da profissionalização feminina. Nesse contexto, profissões antigas foram revitalizadas, a exemplo das enfermeiras e educadoras, profissões novas surgiram, e outras menos conhecidas foram efetivadas, é o caso das assistentes sociais. É importante observar que a LBA é considerada “a primeira grande instituição nacional de assistência social” do Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 250.).

Segundo Simili (2008, p. 159), no período de Guerra as ações da LBA foram de caráter “campanhista”, como “as campanhas do ‘cigarro’, do ‘agasalho’, do ‘livro do combatente’, ‘das madrinhas dos combatentes’”. O trabalho das voluntárias também foi direcionado às “salas de costura” e “salas de bandagens”, as primeiras para a confecção de peças doadas ao Ministério da Guerra, Marinha, Aeronáutica, instituições assistenciais privadas e as Comissões Estaduais da LBA. E as segundas, para a Faculdade Pio Décimo/Universidade Federal de Sergipe - 25 e 26 de abril de 2018



“produção de materiais médico-hospitalares” (SIMILI, 2008, p. 189) destinados às Forças Armadas.

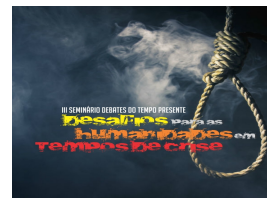
Percebe-se que o trabalho das legionárias foi habilmente aproveitado no Esforço de Guerra para suprir as faltas do governo. Além disso, a LBA significou um importante canal de intervenção na vida social da população, divulgando a ideologia do Estado Novo. Ao desempenharem a função de educadoras, visitadoras e auxiliares, as voluntárias estabeleceram uma relação direta com as famílias assistidas, possibilitando a inserção de um padrão ideal de comportamento.

4 - LBA em Sergipe

Em 29 de agosto de 1942, Helena Nobre Maynard Gomes, esposa do Interventor Federal de Sergipe, Augusto Maynard Gomes, recebeu um telegrama de Darcy Vargas com a seguinte mensagem:

Visto grandes dificuldades atravessa nosso país, mulher brasileira será chamada cumprir importante missão na proteção [das] famílias [dos] nossos bravos soldados e execução [de] todos os deveres civis [que] forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nessa capital sob a égide Federação das Associações Comerciais do Brasil a Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender [a] todo país benefícios esta organização sugerimos [que] assuma nesse Estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1ª de setembro de 1942, p.5).

Telegramas semelhantes a esse foram direcionados a todas as esposas dos interventores federais, chamando-as a dirigir as Comissões Estaduais da LBA nas suas respectivas localidades. Observe que a intencionalidade dessa convocação foi estender os serviços da LBA a todo o país. Alzira Vargas (2017) viu a escolha das primeiras-damas como algo natural, essa afirmação faz sentido, pois esse “pé”, ou melhor, essa “mão esquerda” no Estado, sugere uma relação de parceria, cooperação entre os sexos, e através disso uma maior participação dos interventores na mobilização para o Esforço de Guerra.

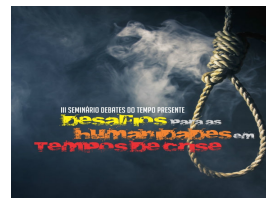


Analisando o telegrama podemos observar ainda que o chamado vem posterior ao apelo patriótico dirigido à “mulher brasileira” para desenvolver uma missão na qual a mesma contribuirá principalmente como “protetora” da família dos soldados – evidenciando assim qual o suposto papel social da mulher naquela época: protetora da casa (e da nação).

Outro ponto importante diz respeito à participação da Associação Comercial na direção da Comissão Estadual. Como sabemos, a Federação das Associações Comerciais foi patrocinadora da LBA, estando presente nesse movimento desde a sua idealização. Partiu dos seus representantes a ideia da contribuição compulsória 1% e 2% dos salários de empregados e empregadores, respectivamente – proposta oficializada pela Portaria nº 870, de 26 de outubro de 1942. Assim temos o que Simili (2008, p. 137) chamou de “composição de uma parceria entre o Estado, o empresariado e o voluntariado feminino civil”. De modo que, a presença de um membro da Associação Comercial local na equipe gestora foi condição necessária para a formação das Comissões e Centros.

Dois dias após o recebimento do telegrama, em 31 de agosto de 1942, foi fundada a Comissão Estadual da LBA em Sergipe, tendo como presidente Helena Maynard e, como secretário, o professor Acrísio Cruz. Na ocasião estavam presentes o Interventor e os diretores da Associação Comercial de Sergipe. A Comissão Estadual teve como tesoureiro Carlos Melo da Silva e como vogais: Maximino Ribeiro, Torquato Fontes, Walter do Prado Franco e Joaquim Sabino Ribeiro.

Com a Comissão formada, o passo seguinte foi a mobilização das esposas dos prefeitos para a criação dos Centros Municipais da LBA. Helena Maynard “dirigindo-se por sua vez às esposas dos srs. Prefeitos Municipais, [...] apelou para os sentimentos de brasilidade das mesmas, no sentido de que o patriótico movimento se intensifique e se alargue pelas nossas localidades do interior” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 05/09/1942, p.5). O “apelo” da presidente foi respondido de forma positiva pelas convocadas. Capela foi o primeiro município do Estado a noticiar, em 05 de setembro de 1942, a criação do seu Centro Municipal da LBA.



Mas nem todos os Centros Municipais de Sergipe foram presididos pelas suas primeiras-damas. Em Neópolis, por exemplo, a pedido do prefeito Mário Gonçalves, quem assumiu o Centro Municipal foi Maria das Graças Azevedo Melo, esposa do Promotor Público da Comarca. Alguns municípios seguiram à risca a ideia de “dever patriótico da mulher brasileira”, e criaram Centros com direção composta apenas por mulheres, como os Centros Municipais de Capela, Japarutuba, Siriri, São Cristóvão, Propriá e Riachuelo. Algumas dessas mulheres eram professoras e freiras.

Darcy Vargas também solicitou à Helena Maynard a abertura imediata na capital de postos de inscrição para o voluntariado feminino e a instalação de centros de costura para a confecção de roupas para crianças até 10 anos de idade e lençóis e fronhas para hospitais. O professor Acrísio Cruz reuniu os diretores dos Grupos Escolares da capital e os comunicou da necessidade de fundar postos da LBA nesses grupos. Ainda em setembro de 1942 foi noticiada a abertura desses postos, foram pelo menos 7 postos de inscrição instalados na capital. Nos municípios também foram instalados postos.

As notícias de inaugurações de Centros Municipais se fizeram constantes nas folhas do *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Nessas ocasiões, eram registradas as adesões de voluntárias, divulgando o nome de todas as “senhoras” e “senhoritas” que atenderam ao “chamado”. Conforme observa Simili (2008, p. 142), “a imprensa também produziu material com o objetivo de mostrar como o ‘chamado da presidente’ era respondido pelas mulheres”. Assim, infere-se que a divulgação desse tipo de notícia teve o intuito de mostrar o sucesso do movimento em Sergipe, dando uma ideia de unidade no esforço de guerra, e assim motivar a criação de mais Centros e a inscrição de mais voluntárias. Na propaganda do Estado Novo, a adesão ao movimento da LBA foi constantemente associada ao ato de patriotismo e altruísmo.

A maneira pela qual Sergipe acolheu a campanha, ou já agora, as campanhas da “Legião Brasileira de Assistência aos Soldados” revela ao país que continuamos a ser o mesmo povo animado de bons propósitos, um dos primeiros Estados a compreender a legítima “nova ordem” implantada a partir de novembro de 37, e graças a isso, ‘rejuvenecendo’ continuamente os nossos sentimentos patrióticos, que já não tem à interrompê-los ou ‘cercea-los’ o terra-a-terra da política profissional e



as imposições arbitrárias do individualismo chefista (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 24/09/1942, p.5).

O estado de beligerância foi largamente usado pela imprensa para fortalecer o projeto nacionalizador do Estado Novo. Conforme observado, Sergipe foi um dos primeiros Estados a assumir esse projeto ou “nova ordem”. Sendo exaltado o sentimento patriótico do povo sergipano em detrimento dos “individualismos chefistas”. Lembremos que as tensões entre o Estado e as forças regionais marcaram o Estado Novo.

É importante observar no discurso, a perspectiva de forjar uma imagem do povo sergipano como “animado de bons propósitos” que, apesar das dificuldades, soube “conservar uma posição bastante satisfatória, de gente civilizada, hospitaleira e sociável, além de laboriosa e produtiva” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 24/09/1942, p.5). Ora uma “nova ordem” necessita de um “novo homem”, és aqui outra característica do Estado do Novo: Construir um novo homem a partir de um modelo estabelecido por Vargas e os intelectuais da época (CAVALCANTI, 1999).

A imprensa também se esforçou para promover a imagem de Vargas e dos Interventores de forma direta e indireta. Nesse sentido, a participação de suas esposas na LBA foi amplamente usada como forma de promovê-los. Em diversos momentos, Helena Maynard é retratada junto ao nome do marido, algumas vezes ela é apenas a “Sra. Augusto Maynard Gomes” ou a “consorte do Sr. Interventor Maynard Gomes” – Darcy também chega a ser retratada apenas como a “Sra. Getúlio Vargas”.

Fato curioso ocorreu quando o município de Cedro teve seu nome alterado para Darcilena, em homenagem as esposas de Vargas e Maynard. Esse nome foi conservado por cerca de dez anos, até que em fevereiro de 1954 a cidade é nomeada como Cedro de São João, permanecendo assim até a presente data. Talvez Darcilena tenha sido uma tentativa de promover e perpetuar a imagem das personagens Darcy e Helena e, conseqüentemente, dos seus maridos.

A participação de Helena Maynard na Comissão Estadual requer mais atenção. Percebe-se que, embora o nome da primeira-dama tenha sido sempre aclamado nas



notícias, foi a atuação de Acrísio Cruz que se fez constante nas reuniões e fundações dos Centros Municipais, mobilizando pessoas, orientando as ações e esclarecendo dúvidas sobre o movimento e as campanhas desenvolvidas:

A Exma. Sra. D. Helena Maynard Gomes, depois de haver anunciado os fins da importante reunião, pediu ao professor Acrísio Cruz, ilustre Assistente Técnico do Departamento de Educação e Secretário da L.B.A. que desse em linhas gerais conhecimento das instruções recebidas (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 19/09/1942, p. 4).

Até onde pesquisamos, esse foi o único registro de uma situação na qual Helena discursou em público, enquanto presidente da Comissão Estadual da LBA. Geralmente sua presença é registrada nos eventos da capital, mas sua voz não. Simili (2008, p. 156) também observa a liderança muda de Darcy Vargas, cuja “participação nos acontecimentos não foi marcada pelo poder do verbo”, expressando um poder “minoritário, figurativo, acessório”. Porém, a mesma afirma que a presença de Darcy por si só já impunha uma desestabilização do poder majoritário masculino. Era uma mulher em meio aos homens exercendo um cargo de liderança. Sendo assim, é importante perceber Helena e Darcy como mulheres do seu tempo, sujeitas aos costumes e imposições do contexto social no qual viviam.

A Comissão Estadual de Sergipe não só orientou na criação de Centros e postos de inscrições, como também mobilizou empresários e desenvolveu campanhas e eventos com o intuito de arrecadar doações para o movimento. Foram recebidas doações em dinheiro, em serviços e ainda em tecidos e materiais de costura para os postos.

Foram noticiadas contribuições da Associação Sergipana de Imprensa, dos empresários da indústria têxtil e da presidente da Comissão Estadual. Helena Maynard patrocinou o festival artístico da “Campanha de Comédias Barreto Junior”, realizado no Cineteatro “Rex”, no dia 8 de setembro de 1942, no qual foram arrecadados três contos e seiscentos mil réis em prol da LBA.

Em 17 de setembro de 1942, o *Diário Oficial do Estado de Sergipe* informou que Melícia Gomes de Lacerda, diretora da Escola de Corte e Costura “Santa Faculdade Pio Décimo/Universidade Federal de Sergipe - 25 e 26 de abril de 2018



Teresinha”, disponibilizou os serviços da instituição para a Comissão Estadual da LBA. Dias depois, o diretor do Instituto Profissional “Coelho e Campos”, Monsenhor Carlos Costa, também colocou à disposição da LBA todas as oficinas e os diversos recursos da instituição para a criação dos centros de costura.

Todas as pessoas que colaboravam com o movimento tinham seus nomes e ações publicadas, promovendo com seus atos de “patriotismo” o nome de suas famílias e dos seus respectivos empreendimentos – ajudar o país no Esforço de Guerra era uma ótima propaganda, aliás, a guerra foi um tema muito explorado pelas propagandas durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, esses “benfeitores da pátria” representavam o modelo ideal de cidadão, um exemplo a ser seguido pelos demais.

Entre as campanhas desenvolvidas em Sergipe, no período pesquisado, destacamos a “Campanha de 10 de novembro”, lançada em 05 de outubro de 1942, promovida na capital e no interior. Tinha como finalidade a aquisição de lençóis, fronhas e roupa de criança até 10 anos de idade. Apelando para o “espírito de solidariedade e patriotismo da mulher sergipana” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 05/10/1942, p.3), a Comissão Estadual instruiu cada família a doar, já confeccionado e com a marca da LBA, uma unidade de cada peça solicitada.

Coube aos Centros Municipais divulgar a campanha e receber as peças doadas pela população do interior. Na capital, as peças eram entregues nos postos da LBA. O governo também procurou contribuir com a campanha: através de determinação do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, as alunas da Escola Normal “Rui Barbosa” e das Unidades de Ensino Primário e Profissional foram direcionadas a confeccionar as peças solicitadas. Cada unidade escolar tinha uma cota mínima estabelecida. Nota-se que essas alunas foram “impulsionadas” ao voluntariado da LBA. Como observamos, havia uma pressão propagandística, todas as pessoas, principalmente as mulheres, tinham o dever patriótico de colaborar com o movimento no Esforço de Guerra.

5 - Considerações Finais



A nossa pesquisa ainda está em estágio inicial, mas é possível vislumbrar algumas observações importantes, como a velocidade da resposta sergipana ao chamado de Darcy Vargas, fundando a Comissão Estadual da LBA ainda em 31 de agosto de 1942 (o Estado de Pernambuco, por exemplo, só fundou sua Comissão em 17 de dezembro de 1943) e mobilizando as primeiras-damas municipais para a criação dos Centros.

Considerando as campanhas, doações e a adesão de voluntárias, infere-se que, ao menos no seu primeiro momento, a Comissão Estadual da LBA obteve êxito em sua proposta de mobilizar a população sergipana para auxiliar as famílias dos soldados. Uma hipótese para esse aparente “sucesso” do movimento talvez tenham sido as ações do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda - DEIP que soube captar o momento de fragilidade da população e usá-lo na difusão da ideologia do Estado Novo. Sugerindo um estado de harmonia entre Sergipe e a “nova ordem”.

Nota-se que ao mesmo tempo em que a Legião foi um mecanismo usado para afirmar o papel submisso da mulher, também criou condições para sua profissionalização e possibilitou sua atuação, ainda que tímida, nos espaços públicos. Acreditamos que a LBA provocou mudanças no cotidiano das mulheres que se envolveram no movimento, mas a profundidade dessas mudanças é difícil precisar, depende da individualidade da mulher e do espaço sócio-cultural-econômico no qual estava inserida.

Embora a LBA tenha nascido da iniciativa de Darcy Vargas, Getúlio Vargas soube usar o movimento e o trabalho das voluntárias no Esforço de Guerra. Mas a LBA foi além do Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial, colaborando na educação e ajudando a desenvolver a assistência social no país, atuando nesta área até sua extinção em 1995. Sendo assim, os estudos sobre a Legião estão longe de se esgotar.

6 - Referências

6.1 Fontes



Jornal Diário Oficial do Estado de Sergipe (de setembro a outubro de 1942);

6.2 Bibliografia

ASSIS, Raquel Anne Lima de. Sergipe, 1942 e o ataque do submarino u-507: algumas notas sobre suas vítimas. In: MAYNARD, Andreza S. C.; BARBOSA, Caroline de Andrade; MAYNARD, Dilton C. S. (Orgs.). **Segunda Guerra: Histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2016.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação história-metodológica**. 29ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **Cedro de São João: Histórico**. Disponível no endereço eletrônico: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=280160&search=sergipe|cedro-de-sao-joao|infograficos:-historico>> Acesso em 12 de fevereiro de 2018 às 02h15min.

JORDAN, David. **História da Segunda Guerra Mundial: A maior e mais importante guerra de todos os tempos**. São Paulo: M. Books Brasil, 2011.

LOCHERY, Neill. **Brasil: os frutos da guerra**. Tradução: Lourdes Sette. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos; ASSIS, Raquel Anne Lima de. O fim do mundo começou no mar: os ataques do submarino U-507 no litoral sergipano em 1942. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos Cruz (Orgs.). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VARGAS, Alzira. **Getúlio Vargas, meu pai: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.